

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.664.590 - PR (2020/0035871-7)

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ
AGRAVANTE : JOSE NATAL FERRARI
ADVOGADO : ANDRÉ LUIZ DONEGA VERRI - PR028981
AGRAVADO : GUSTAVO THOMAZINHO COMAR
AGRAVADO : SABRINA BAPTISTELLA COMAR
ADVOGADO : JOAO FELIPE BARROS DE ALBUQUERQUE - PR038493
INTERES. : RENATA QUINTINO
ADVOGADO : ANDRÉ LUIS AQUINO DE ARRUDA - PR041312

DECISÃO

Trata-se de agravo apresentado por JOSE NATAL FERRARI, contra a decisão que não admitiu seu recurso especial.

O apelo nobre visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, assim resumido:

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS. AGRESSÕES FÍSICAS E VERBAIS. SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA DOS PEDIDOS INICIAIS. RECURSO INTERPOSTO PELO RÉU.

1. IMPUGNAÇÃO À ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA CONCEDIDA AOS DEMANDANTES. NÃO ACOLHIMENTO. RECORRENTE QUE NÃO MANIFESTOU INTERESSE NA PRODUÇÃO DE PROVAS PARA AFASTAR A PRESUNÇÃO RELATIVA DE HIPOSSUFICIÊNCIA ECONÔMICA DOS AUTORES.

2. CONJUNTO PROBATÓRIO QUE DEMONSTRA QUE AS AGRESSÕES PRATICADAS PELA PARTE REQUERIDA CONTRA OS AUTORES FORAM INJUSTAS. DEMANDADOS QUE COMEÇARAM A DISCUSSÃO E A BRIGA. SENTENÇA MANTIDA.

3. FIXAÇÃO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS RECURSAIS. ART. 85, §11, DO CPC/2015.

RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. (fl. 708).

Quanto à controvérsia apresentada no recurso, alega violação dos arts. 489, § 1º, e 1.022 do CPC, no que concerne à suposta omissão no acórdão recorrido quanto ao exame da inexistência de agressão nos vídeos juntados aos autos da ação de indenização por danos morais e materiais, aduz que:

Considerando que a inexistência de agressão na prova audiovisual era fundamento da apelação do Recorrente, deve o relator obrigatoriamente se pronunciar sobre tal omissão, sob pena de nulidade da sentença, nos termos do art. 489, §10, inc. IV.

Ressalte-se que a invocação de outros motivos para infirmar a

convicção do julgador, fundamentação do acórdão recorrido, não é suficiente para se eximir da necessidade de sanar a omissão se tal circunstância é passível de modificar a convicção do julgador nos termos do supramencionado art. 489 do CPC. Sendo assim, é inevitável que tal omissão seja sanada, nos termos do art. 1022, inc. II, para que o julgador aponte o momento em que se verifica a agressão, se a há, no intuito de evidenciar sua motivação e convicção. (fl. 781).

É o relatório. Decido.

Quanto à controvérsia do recurso, na espécie, impende ressaltar que, nos limites estabelecidos pelo art. 1.022 do CPC/2015, os embargos de declaração destinam-se a suprir omissão, afastar obscuridade ou eliminar contradição eventualmente existentes no julgado combatido, bem como a corrigir erro material. Neste sentido, os seguintes arestos da Corte Especial: EDcl no AgInt no RE nos EDcl no AgInt no AREsp 475.819/SP, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, CORTE ESPECIAL, julgado em 07/03/2018, DJe 23/03/2018 e EDcl nos EDcl nos EDcl no AgInt nos EDcl nos EREsp 1491187/SC, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, CORTE ESPECIAL, julgado em 07/03/2018, DJe 23/03/2018.

No caso em exame, o Tribunal de origem se manifestou nos seguintes termos:

Nesse contexto, anoto que o demandado, nas razões recursais (mov. 170.1), defendeu que não praticou agressões contra os autores. Isso porque, como se viu, a r. sentença, com a devida *vênia*, acabou analisando somente as condutas ofensivas praticadas pela requerida [...].

Inobstante, **conforme anotado pelo douto Juiz singular, a prática de agressões pelos réus é matéria incontroversa**, porquanto o demandado [...], em contestação (mov. 47.1), limitou-se a defender a ocorrência de agressões mútuas.

Assim, a controvérsia nos autos, exige, inicialmente, averiguar a ocorrência de agressões mútuas entre as partes.

[...]

Diante disso, **não há que se falar em agressões mútuas, mas, sim, de investidas injustas dos requeridos contra os autores, devendo, assim, ser mantida a r. sentença no ponto que entendeu pela responsabilidade solidária dos demandados para responder por danos causados aos requerentes.** (fls. 715-717).

Ademais, em embargos de declaração o Tribunal *a quo* assim consignou:

No presente caso, defende o embargante que o acórdão é omisso quanto à análise dos vídeos juntados aos autos, os quais, em tese, comprovam que não praticou qualquer agressão.

Sem razão.

A responsabilidade civil do demandado, ora embargante, foi reconhecida em razão do seguinte:

[...]

Como se denota, foi exaustivamente examinado todo o conjunto probatório, não havendo a alegada omissão.

Logo, o que se constata é que o embargante pretende rediscutir a matéria recursal, utilizando, porém, via inadequada. (fls. 760-761).

Assim, a alegada afronta aos artigos 489, § 1º, e 1.022 do CPC não merece prosperar, porque o acórdão recorrido examinou devidamente a controvérsia dos autos, fundamentando suficientemente sua convicção, não havendo se falar em negativa de prestação jurisdicional porque incorrentes quaisquer dos vícios previstos no referido dispositivo legal, não se prestando os declaratórios para o reexame da prestação jurisdicional ofertada satisfatoriamente pelo Tribunal *a quo*.

Confira-se, nesse sentido: REsp 1808357/SP, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, julgado em 17/09/2019, DJe 20/09/2019 e EDcl no AgInt no AREsp 1422337/SP, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 09/09/2019, DJe 12/09/2019 e AgInt no REsp 1780519/RO, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 25/06/2019, DJe 28/06/2019.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **conheço do agravo para conhecer do recurso especial e negar-lhe provimento.**

Nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, **majoro os honorários de advogado em desfavor da parte recorrente em 15% sobre o valor já arbitrado nas instâncias de origem, observados, se aplicáveis, os limites percentuais previstos nos §§ 2º e 3º do referido dispositivo legal, bem como eventual concessão de justiça gratuita.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de março de 2020.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente